

MULHERES E CIDADES: reatamentos das expressões da questão social na
(re)produção do espaço e da vida
Ana Rochelly Silva Costa Cavalcante¹Francisca Lúcia de Jesus Bernardino²Laura Maria Cunha³Maria Deysiane de Carvalho Rodrigues⁴**RESUMO**

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre mulheres e cidades, entendendo que os caminhos e as experiências nas cidades se diferem, levando-se em consideração além das questões de gênero (de mulheres cis), e seus atravessamentos de raça e classe. Sob essa perspectiva, lançamos mão de pesquisa bibliográfica fundamentada nas leituras de autoras e autores que dialogam com a perspectiva crítica. Apontamos indicadores sociais que evidenciam as desigualdades de gênero e as opressões às quais as mulheres, ainda que cis, estão submetidas na cidade.

Palavras-chave: Cidade; Mulheres; Questão social.

ABSTRACT

In this article, we propose a reflection on women and cities, understanding that the paths and experiences in cities differ, taking into account gender issues (of cis women), and their crossings of race and class. From this perspective, we used bibliographical research based on the readings of authors who dialogue with the critical perspective. We point out social indicators that show gender inequalities and the oppressions to which women, even if cis, are subjected in the city.

Keywords: City. Women. Social issues.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre raça, classe e gênero é apresentado neste artigo de maneira interseccional, a interligar esses campos com a intenção de refletir sobre como tais opressões se conectam para dar subsídios à manutenção de uma sociedade cis-heteropatriarcal. Tal discussão tem sido levantada nas últimas décadas por urbanistas no que tange a concepção de uma não neutralidade universal na construção do espaço urbano. Trazemos, portanto, o debate da cidade sob um viés de

¹ Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestranda; anarochellycosta@gmail.com

² Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestranda; francisca.bernardino@aluno.uece.br

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE); Doutora; laura.cunha@uece.br

⁴ Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestranda; mdeysiane@gmail.com

entrelaçamento da questão de gênero com a produção e a apropriação do espaço urbano, por ser historicamente atribuído às mulheres cis e ou trans o espaço privado, doméstico, o espaço do cuidado.

Trata-se de um tema fundamental e imprescindível, no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que ele se encontra na estrutura de dois sistemas que se nutrem mutuamente: o capitalismo e patriarcado. Sendo assim, é preciso analisar que capitalismo e patriarcado não são mera consequência ou desdobramento um do outro, que um não acaba com a superação do outro, o que nos demonstra que é essencial pensar em uma luta feminista que seja anticapitalista e por tratar-se da realidade brasileira, que tem o processo de acumulação do capital enredado ao regime escravocrata de produção - antirracista.

Nesta perspectiva, lançamos mão de pesquisa bibliográfica fundamentada nas leituras de autoras e autores de perspectiva crítica, assim como com uma pesquisa documental. Na seção 2.1, no item “A Questão Social como ponto de partida”, refletimos de forma sucinta sobre a questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, e abordamos a categoria raça e classe, sob olhares e perspectivas da produção do espaço urbano e as expressões da questão social, que irão balizar a tessitura desse tópico. Logo mais, na seção 2.2, intitulada “Considerações sobre mulheres e cidades: conceitos e reflexões”, tratamos dos conceitos de gênero e cidades, buscando um diálogo com as discussões pontuadas no tópico precedente e apontamos indicadores sociais que evidenciam as desigualdades de gênero e raça, bem como as opressões às quais as mulheres estão submetidas na cidade. Por fim, concordamos que a questão de gênero é evidente impeditivo para o acesso das mulheres que estruturam, praticam e vivem a cidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A questão social como ponto de partida

O significado da questão social é indissociável do processo de acumulação do capital e dos efeitos que este produz e reproduz sobre a classe trabalhadora, como afirma Iamamoto, que a questão social é

apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum; a produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se cada vez mais amplamente social,

PROMOÇÃO



enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 27).

O surgimento da questão social, no Brasil, tem seu pressuposto no processo de industrialização e urbanização, quando se evidenciam embates entre as classes sociais antagônicas⁵. Assim, foram necessárias novas formas de enfrentamento da questão social para uma contraposição à repressão derivada de estrutura punitiva e à caridade, historicamente atribuída às operadoras do Serviço Social.

Importante reflexão se dá nesse contexto, mediante um reconhecimento do Estado, que se vê em uma posição de necessidade de dar respostas à classe trabalhadora, a qual, naquele momento, exigia ações efetivas, resultado de um processo de organização de classe que também compõe essa nova fase do desenvolvimento do capital. Contudo, vale ressaltar, no caso brasileiro, “o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização ‘pelo alto’, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem” (IAMAMOTO, 2012, p. 132).

O aumento das desigualdades, da concentração de renda, no Brasil, também se encontra ligado à concentração de terras, visto que o poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de exploração de mão de obra de pessoas escravizadas, seja sob a forma do acúmulo de terras e/ou imóveis. Um marco nesse sentido, a Lei de Terras, promulgada pelo Império em 1850, regulamentando a posse de terras dos já proprietários e impedia o reconhecimento de novas posses com base em usucapião, o que estabeleceu um *status quo* latifundiário, privilegiando grandes proprietários e membros das elites, assim como seus herdeiros.

Essa nova legislação “visava organizar o país para o fim eventual do trabalho escravo – tendo sido votada poucos dias após a interrupção do tráfico” Seu objetivo era “desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 274). Historicamente, observamos que diferentes práticas de mercantilização de terras pelos proprietários, atreladas a intervenções do Estado e ao capital imobiliário, tornaram-se recorrentes em todo o Brasil. Nessa,

(...) a revolução burguesa no país nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas”; ou seja, “os interesses do capital e da renda da terra tenderam aqui a se fundir numa

⁵ Em extremo, ricos e pobres.

única e mesma figura, metamorfoseando o proprietário de terras em capitalista e vice-versa (IAMAMOTO, 2012, p. 136).

Tal contexto produziu segregação socioespacial, entre outros problemas, potencializando a questão social, com consequências nefastas para as trabalhadoras e os trabalhadores, na maioria das vezes, negando-lhes o direito à cidade. Assim, as expressões da questão social estão imbricadas nas formas de produção e apropriação dos espaços urbanos.

Para Iamamoto (2015), o pós-década de 1970 inaugurou tendências na fase de acumulação do capital. Nesse momento, a acumulação flexível ganha impulso mediante uma revolução tecnológica que acarreta profundas transformações no âmbito da produção e da comercialização, bem como na gestão da força de trabalho. Novas expressões da questão social surgem, exigindo novas formas de mediação e enfrentamento, as quais irão conjugar ações por parte da sociedade civil organizada ou do Estado, por meio de políticas sociais públicas, ações do empresariado, movimentos sociais e outras iniciativas da sociedade civil. Nesse cenário, Iamamoto reflete que

[...] dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classe – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 114).

Netto (2011) corrobora com o pressuposto de que a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo: não se suprime a primeira conservando-se o segundo, isto é, para suprimir a ordem burguesa, é necessário pôr fim à questão social. Para isso, é fundamental entendermos a base de sustentação que estrutura as relações sociais capitalistas da atualidade. Diante disso, consideramos imperativo para este debate a discussão de Gonçalves (2018), que traz a questão racial como o nó da questão social, visto que, nessa esteira, ainda desconsidera-se o estreito vínculo entre capitalismo e relações raciais.

Gonçalves (2018) ressalta a importante análise acerca da questão racial, ao enfatizar a sua relação com a questão social e as suas raízes no contexto brasileiro. Sobre a questão racial, afirma que essa não é apenas uma expressão e que ao mesmo tempo sustenta a conformação do antagonismo entre as classes, alicerçando a desigualdade de distribuição das riquezas no sistema capitalista brasileiro emergente. Egressos do sistema escravocrata se veem na condição de descartáveis e inferiores para a nova modalidade de produção do capital, identificados por Gonçalves (2018) como a reserva da reserva.

Nesse nó trazido por Gonçalves, estão imbricadas as perspectivas da ausência de trabalho, renda e moradia, compondo inclusive o desenho das cidades na configuração de determinados espaços onde negras e negros estarão concentrados: foram elas e eles “encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia” (GONÇALVES, 2018, p. 517).

Assim, é preciso refletir sobre as ocupações dos espaços da cidade, que podem ser comparados ao sistema escravocrata, com a diferenciação entre o espaço da casa-grande e o da senzala: esta última ainda hoje equivale aos bairros periféricos, enquanto aquela corresponde aos bairros nobres. As raízes coloniais ainda estão evidentes nas estruturas sociais das cidades brasileiras.

2.2. Considerações sobre os atravessamentos de mulheres e a cidade

Entendemos a cidade como espaço de realização humana, social e historicamente constituída, que vai se materializando de forma concreta, como um espaço que não é mero cenário estático e neutro: ela é um espaço mutável, possuidor de suas determinações específicas e de funções distintas. A cidade é *lócus* de reprodução social, é onde a vida acontece. Consideramos que as cidades revelam e escondem a própria lógica do capital ao abrigarem o desenvolvimento das forças produtivas e as consequências de uma sociabilidade que não tem como prioridade o atendimento às necessidades humanas. Conforme esse entendimento, analisamos que há um processo histórico de construções sociais e culturais que oprimem e subordinam as mulheres, incidindo sobre a forma concreta de construção da cidade.

As características, as atribuições e os lugares socialmente atribuídos aos gêneros, mediante a utilização de argumentos biológicos e culturais, permeiam todas as esferas da sociedade, desde as normas, os valores, os costumes às instituições e as relações cotidianas. As associações tradicionais do feminino ao espaço privado, às noções de passividade, ausência, delicadeza, cuidado, entre outras, e do masculino ao espaço público e às noções de virilidade, força, atividade, presença e poder ainda são patentes em nossa sociedade.

Relacionando tais questões de gênero, raça e classe com o urbano, observa-se o modo como o espaço urbano normativo patriarcal das cidades é construído

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

segundo o modelo eurocêntrico do homem cisgênero, branco heterossexual, rico e cristão, sob a forma já conhecida, normativa e funcionalista de planejar as cidades.

Com isso, apontamos que o espaço urbano produzido reproduz as relações de subordinação e constrangimento dos corpos que não pertencem ao padrão normativo.

Sob essa perspectiva, o espaço urbano é produzido desconsiderando os corpos não normativos, ou saber: Mulheres, Pessoas com Deficiência, negras, LGBT+, indígenas, quilombolas, pobres, transgêneros etc. Não obstante, surgem inquietações sobre como os projetos e a política urbana podem traduzir os interesses práticos e estratégicos das pessoas marcadas como mulheres, sem recair na armadilha de reforçar as contradições do padrão normativo e funcionalista na mudança das condições materiais do espaço urbano.

Nesse sentido, refletir acerca da questão das mulheres no espaço urbano requer uma compreensão das significações e dos conceitos que são determinados socialmente e que delinearam todos os processos de luta em que se tem como principal objetivo a emancipação das mulheres, o combate à violência e a busca por direitos negligenciados.

Concordamos com Scott (2019) na afirmação de que o conceito de gênero estrutura a organização concreta e simbólica de toda a vida social e de que as referências construídas socialmente estabelecem distribuições de poder, as quais podem se materializar no controle ou acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos existentes na sociedade. No entanto, consideramos que não apenas o gênero estrutura essas relações de poder, mas também as relações de raça/etnia e classe, assim como outros marcadores que incidem de diferentes formas sobre essas relações, recaindo sobre as diferentes mulheres diferentes manifestações das desigualdades, discriminações e opressões diversas.

Tensionamos na discussão de gênero a questão de raça, que apresenta outra perspectiva sobre a construção desse “ser mulher”. Igualmente, aliamos a questão de classe a uma análise interseccional (gênero, raça e classe), segundo os estudos da filósofa e feminista afro-americana Davis (2017), para quem

As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada de opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto da exploração de classe – e as

PROMOÇÃO



APOIO

experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas contorturas do racismo. (DAVIS, 2017, p. 37).

Nesse sentido, provocamos uma fricção sobre o entendimento de que esse “ser mulher” ainda é uma questão para as mulheres negras (cis e ou trans) quando ambas vivem, a opressão de gênero, sexualidade, raça e classe, que as coloca na base da pirâmide social e as considera inferiores ao gênero humano, decorrência do racismo.

É preciso considerar, portanto, que, para além da questão de gênero, a raça é fator determinante para a vida de mulheres que carregam em seus corpos, além da marca do gênero (dimensão do sexo biológico), da hipersexualização de seus corpos, marcando-os e impedindo a sua circulação livre ao delimitar locais determinados no imaginário simbólico e praticado da cidade.

Recordamos a fala de Sojourner Truth diante de um grupo organizado de mulheres e homens brancos, na segunda convenção anual do movimento pelos direitos das mulheres, em Akron, Ohio, no ano de 1852. Ali, ela mostrou os seios para provar que, de fato, era uma mulher. Subindo ao palco depois de um homem branco, ela proferiu um discurso que tensionava sobre se as mulheres negras eram consideradas mulheres:

[...] Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...]. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! [...] Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão e, quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (TRUTH *apud* HOOKS, 2020, p. 253).

Sobre a ação de Sojourner Truth, Hooks (2020, p. 252) contextualiza: “Aos olhos do público branco do século XIX, a mulher negra era uma criatura indigna de receber o título de mulher; era um mero bem material, uma coisa, um animal”. Aquela fala aponta para vários tensionamentos. No que tange à abordagem deste artigo, pontuamos a questão de gênero, o “ser mulher” para as mulheres negras, o poder e a dominação de um padrão de mulher e os direitos a lugares sociais que, mesmo em um outro momento histórico, ainda resvalam sobre as vidas das mulheres negras em diversos países da América Latina, por exemplo, onde determinados espaços da esfera social são empecilhos ao seu direito de acesso à cidade, ao direito de habitar a esfera social e ter pleno uso da cidade (segurança, mobilidade, moradia digna etc.).

Enfatiza Hooks (2018) a perspectiva de raça problematizando que é necessário pensar para além da condição de gênero, considerando o privilégio das feministas brancas em detrimento das mulheres negras/não brancas mediante um resgate histórico num cenário que inicialmente não tratava da diferença racial e da luta antirracista – uma “visão utópica de sororidade” (HOOKS, 2018, p. 90). Desse modo, a autora discorre sobre a importância da geração de mulheres negras/não brancas do final da década de 1970 e início dos anos 1980 na luta pelo fim de uma pauta que priorizava uma supremacia branca e não considerava a luta antirracista como fundamental elemento de luta:

[...] mulheres brancas que não queriam encarar a realidade do racismo e da diferença racial nos acusaram de traidoras por termos introduzido a questão de raça. Equivocadamente, viram-nos desviando o foco de gênero. [...] importantes intervenções em relação à raça não destruíram o movimento das mulheres, mas o fortaleceram. Superar a negação da raça ajudou mulheres a encarar a realidade das diferenças em todos os níveis (HOOKS, 2018, p. 92).

Hooks (2018, p. 93) versa ainda sobre a importância de trazer para a luta a perspectiva de raça, mas também destaca o desafio que ainda hoje podemos perceber: “interações antirracistas entre mulheres são difíceis em uma sociedade que se mantém segregada radicalmente”. A autora pontua que racismo e sexismo combinados representam barreiras que na contemporaneidade perpassam os diversos espaços e, mesmo diante de tantas discussões, as estratégias feministas não foram suficientes para superar esse cenário, apesar de produções valiosas que chamam a atenção para as questões de raça e racismo como avanço nessa luta.

Dessa forma, o livro “O Dossiê *Mulheres negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (MARCONDES *et al.*, 2013)⁶” aponta alguns indicadores sociais capazes de evidenciar as inúmeras desigualdades integrantes das suas experiências enquanto pertencentes ao grupo que vivencia, no cotidiano, o impacto destes processos múltiplos e simultâneos de exclusão.

O retrato das desigualdades raciais é visível quando analisada a renda média das mulheres, especialmente a das negras, que continua muito inferior não só em relação à dos homens, como também em relação à das mulheres brancas. Em um levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base nos indicadores no PNAD Contínua e IBGE, no segundo trimestre de 2022, enquanto o

⁶ o livro “O Dossiê *Mulheres negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (MARCONDES *et al.*, 2013) Disponível em: https://www.wipo.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf.

homem branco recebeu em média R\$ 3.708 e a mulher branca R\$ 2.774, a trabalhadora negra ganhou, também em média, R\$ 1.715, e o homem negro, R\$ 2.142. Ou seja, a mulher negra recebeu 46,3% do rendimento recebido pelo homem branco.

Ao analisarmos os dados de rendimento médio disponibilizados, constatamos que, além da desigualdade histórica de gêneros, também são grandes as desigualdades entre as próprias mulheres, ao considerarmos outras dimensões sociais constitutivas e presentes na vida formativa das mulheres, como renda familiar, raça ou etnia, regionalidade e território.

Fatos como esses têm impedido que as mulheres negras desenvolvam suas potencialidades e consigam mobilidade e ascensão social, pois ocupam posições de desvantagens no que concerne à ocupação e à renda, à escolaridade, à entrada na educação superior e no mercado de trabalho, enquanto há predominância delas no trabalho doméstico.

Evidencia-se que as mulheres negras exercem papel fundamental em toda a estruturação das relações de opressão e subordinação. Seus corpos são apropriados e seu trabalho desvalorizado, próprio da contradição entre capital e trabalho.

Vale ressaltar que o ano de 2020 foi marcado pelo início de uma crise sanitária, ocasionada pela disseminação do coronavírus em nível global e pandêmico, ao que se somou, no contexto brasileiro, uma crise econômica e política que vigorava desde 2015. Essa conjunção de crises econômica, social e sanitária ainda foi observada no primeiro trimestre de 2021, com fortes reflexos sobre a população negra, em particular sobre as mulheres negras. Nesse período, o número de desempregadas e desempregados atingiu seu ápice tendo o seu crescimento alavancado pelo número de mulheres negras à procura de emprego. O fim do auxílio emergencial no início de 2021, após este já ter sido reduzido pela metade a partir de setembro de 2020, somado ao cenário de grave crise, fez com que muitas pessoas, que antes puderam manter o isolamento social e preservar suas vidas, retornam ao mercado de trabalho em busca de vagas em empregos precarizados.

Portanto, as mulheres negras somam a maioria na desocupação, na subocupação e na subutilização da força de trabalho ampliada, o que mostra que a sua inserção no mercado de trabalho foi mais precária do que a dos demais grupos considerados (homens negros e mulheres e homens brancos). A taxa de subutilização se revelou mais elevada para as mulheres e para as pessoas pretas ou pardas. Destaca-se que 35,4% das mulheres e 33,2% das pessoas pretas ou pardas estavam

subutilizadas em 2021. O trabalho doméstico revela-se tipicamente feminino e negro. As mulheres representaram 93,2% do trabalho doméstico sem carteira assinada, sendo 61,6% delas mulheres negras. A remuneração das mulheres negras foi sempre inferior à dos demais grupos, mesmo com o aumento da escolaridade ou do cargo ocupado (PNAD Contínua, 2021).

Em pesquisa realizada, foram confirmados 34.066.000 casos acumulados de Covid-19 no Brasil. Entre os casos identificados, o vírus tem se mostrado mais mortal entre pessoas negras (pretas e pardas, segundo categorias utilizadas pelo IBGE e pelo Sistema Único de Saúde). Um boletim do Ministério da Saúde mostra que, tanto para os casos de síndrome respiratória aguda grave (SARS) provocada pela Covid-19 quanto para os óbitos em decorrência da doença, as pessoas negras (combinando-se categorias de raça/cor parda e preta) são as mais atingidas.

Os indicadores de violência, emprego, renda, saúde e educação evidenciam também essas disparidades. O *Mapa da Violência 2015*, que trata do homicídio de mulheres, revelou que, entre os anos de 2003 e 2013, foram mortas 46.186 mulheres. Desse total, 25.637 eram negras, ou seja, 55%. As mulheres brancas assassinadas no período foram 17,5 mil, 37% do total.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), em 2015 a taxa de desocupação feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens era de 7,8%. No caso das mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, a 8,5%). Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo): nesse grupo, a taxa de desocupação em 2015 foi de 17,4% (IPEA, 2017, p. 2).

Historicamente o trabalho doméstico é a principal porta de entrada das mulheres negras no mercado de trabalho. A categoria das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos é formada por aproximadamente 7 milhões de profissionais, sendo que, entre as mulheres, “61,7% são negras e dessas praticamente 75% [...] não têm carteira assinada” (ONU, 2011, p. 7).

Na área da educação, percebe-se que nas últimas décadas os indicadores da taxa de analfabetismo vêm caindo de maneira considerável no Brasil; no entanto, eles ainda não alcançaram patamares ideais quando a referência é o recorte de raça. Segundo o IPEA (2017, p. 2), em 2015, entre as mulheres brancas com 15 anos ou mais de idade, somente “4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%”. Entre os homens, a distância é semelhante.

Analisando os indicadores habitacionais no recorte de gênero, de acordo com

dados do *Relatório do déficit habitacional no Brasil 2016-2019* da Fundação João Pinheiro, as mulheres correspondem a 58% dos que vivem em moradias precárias, contra 41% dos homens. Elas também são a maioria (62%) dos afetados pelo aluguel excessivo.

Segundo o *Atlas da Violência* (2021), em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. O relatório institucional do *Mapa da Violência* aponta que, entre 2009 e 2019, o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, enquanto o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período. Cabe ainda ressaltar que as mulheres são a maioria das vítimas de violência tanto no ambiente público quanto no privado, quando comparadas aos homens, o que demonstra que os espaços também são vivenciados de forma desigual sob esse aspecto.

Assim, no contexto de uma sociedade racista, patriarcal e capitalista (DAVIS, 2016), o espaço urbano também é campo de reprodução de relações de opressão, exploração, discriminação e preconceito de raça/etnia, gênero e classe, assim como de sexualidade, geração, nacionalidade etc.

Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais – relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social – produzindo um espaço – ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (CARLOS, 2007, p. 21).

A cidade, como afirmam Silva e Santos (2015), revelam e escondem a própria lógica do capital ao abrigarem o desenvolvimento das forças produtivas e as consequências de uma sociabilidade que não tem como prioridade o atendimento às necessidades humanas. A cidade é o chão concreto onde as desigualdades sociais se reproduzem e se acirram cotidianamente.

As pessoas que habitam a cidade e que performam feminilidades se deslocam cotidianamente em meio a um ritmo desenfreado são pessoas com raça/etnia, gênero, sexualidade, classe diversas. Essas particularidades dão contornos específicos às vivências de cada uma e de cada um, e às diversas mulheres, que nesse contexto, possuem vivências intrínsecas às relações de poder histórica e socialmente construídas na sociedade capitalista.

PROMOÇÃO



APOIO

Segundo Madariaga (2004), as novas demandas femininas entram em colisão

com a estrutura física das cidades e com a maneira funcionalista que o planejamento urbano normativo continua a produzi-las. As mulheres, responsáveis pela dupla jornada de trabalho, são as que se utilizam do espaço urbano de forma mais complexa: elas ocupam a cidade realizando percursos diversos atendendo às necessidades domésticas e de cuidado, além de suas próprias, enquanto o homem-modelo (branco e produtivo) realiza um deslocamento pendular e normalmente motorizado, sai de casa para o trabalho e vice-versa (MADARIAGA, 2004).

É importante salientar que a ocupação de espaços materiais e imateriais nas cidades é diferente de acordo com cada classe social. Apesar de ter sido pensada a partir de uma perspectiva coletiva (mas não neutra), a formação socioespacial do espaço urbano diz muito sobre quem ocupa aquele determinado espaço e sobre a violência sentida naquele ambiente (ROLNIK, 2004).

Assim, podemos refletir que o acesso à cidade é vivenciado de diferentes formas, em razão dos marcadores da diferença de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, geração, nacionalidade etc. Nesse sentido, é possível considerarmos as análises de Akotirene (2018) acerca de um sistema de opressões interligadas: a interseccionalidade. Para a autora, a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e heteropatriarcado, que produzem cruzamentos e sobreposições. Akotirene (2018) nos evidencia que a interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. É errado argumentarmos a favor da centralidade do sexismo ou do racismo, já que ambos são cruzados por pontos de vistas em que se interceptam as avenidas identitárias. “Na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas” (AKOTIRENE, 2018, p. 41). Para a autora, recomenda-se pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas por pessoas negras, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros grupos considerados minoritários, para finalmente se defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens de um racismo cis-heteropatriarcal capitalista.

Em 2019, as mulheres correspondiam a 52,2% (109,4 milhões) da população residente no Brasil (IBGE, 2020). Logo, podemos inferir que são elas que realizam os deslocamentos mais complexos, que suprem o papel de cuidadoras das pessoas mais

vulneráveis, que se encarregam da vida doméstica enquanto ocupam o espaço público e o mercado de trabalho. São elas que vivem na cidade a maior parte do tempo e estão submetidas a constrangimentos e violações pela sua condição específica.

Inegavelmente, o Brasil possui uma maioria feminina que vem conquistando a cidade cotidianamente. Contudo, essa mesma cidade não pertence às mulheres. Mesmo com as lutas femininas das últimas décadas, a antiga fórmula normativa funcionalista de planejar as cidades tem sido repetida, e a quebra de paradigmas tem sido uma tarefa árdua diante de um modelo eurocêntrico pautado no homem branco heterossexual. Do mesmo modo, o espaço urbano vem sendo produzido de forma normativa e racionalista pelos planos urbanísticos e reproduz as relações de subordinação e constrangimento nos corpos que não pertencem ao padrão supracitado.

É nesse contexto que surge a necessidade de olhar para a dinâmica da produção do espaço urbano por um outro prisma, a partir das vivências e do olhar das mulheres, na busca de compreensão das relações estabelecidas entre a subordinação reproduzida na construção desse espaço e a ação de resistência e de transformação das mulheres, a partir de sua própria realidade.

Os estudos de Albuquerque (2017), Casimiro (2017) e Cerqueira (2017) evidenciam que as mulheres possuem uma relação intrínseca com a cidade, cujos deslocamentos têm particularidades e problemáticas provenientes das desigualdades de gênero, que violam o direito à cidade, demandando estudos sobre a presença das mulheres no espaço urbano e sobre sua mobilidade para a construção de políticas públicas para esse segmento social.

Igualmente, torna-se indispensável permitir que haja, dentro do cenário plural da cidade, acesso aos bens públicos que a cidade possui. Isso se mostra fundamental, considerando-se que o direito à cidade se dá na medida em que as pessoas a utilizam. Entretanto, é necessário (re)conhecer que a cidade e o direito a esta não tem sido acessado da mesma forma por diferentes mulheres.

3 CONCLUSÃO

Afirmamos que, se a cidade é subordinada ao modo de produção capitalista, e a produção do espaço urbano é desigual, é necessário pensar por quem e para quem as cidades vêm sendo construídas, tendo em vista que ela é *locus* de reprodução das

relações sociais. Portanto, no contexto de uma sociedade racista, patriarcal, capitalista, capacitista, sexista, heteronormativa entre outras violências decorrentes do processo histórico, o espaço urbano também é campo de reprodução de relações de opressão, exploração, discriminação e preconceito de raça/etnia, gênero, classe etc., como pudemos verificar ao longo desta discussão.

Em outras palavras, o espaço, como visto, reflete a própria formação sócio-histórica e econômica brasileira, que teve como sistemas estruturantes o patriarcado, o racismo e o capitalismo, heranças da colonialidade e do ponto de vista eurocentrado. Daí decorre a importância de pensar em cidades que considerem a questão de gênero, de raça e de classe.

Os indicadores apresentados alertam para a urgência de políticas públicas qualificadas e a necessidade de desnaturalizar as violências e analisar a sociedade de forma a considerar a intersecção entre raça/etnia, gênero e classe social. Consideramos que as discussões mencionadas não são exaustivas e tampouco conclusivas, mas demonstram pensamentos que visam refletir sobre de que forma a cidade se entrelaça às desigualdades de gênero/raça/classe. Desse modo, é urgente pensar em uma cidade planejada não somente por e para as diversas mulheres, mas por e para os diversos indivíduos que são atingidos por várias e diferentes estruturas de opressão, desigualdade e discriminação advindas do sistema cis-heteropatriarcal.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE, Mariana Imbelloni Braga. O direito à cidade e a mobilidade de mulheres: as potencialidades e as críticas às políticas de transporte exclusivo. *In: ANAIS do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero e do XIII Women's Worlds Congress*. Florianópolis: UFSC, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandrine. **A cidade**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. *In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: IBDU, 2017. p. 7-12.

CERQUEIRA, Jessica Tavares. Barreiras visíveis e invisíveis na favela: Pelo bem viver das nossas mulheres. *In: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. Direito à cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**; tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório do déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf . Acesso em: 10 jan. 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set.-dez. 2018.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvli Libanio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

MADARIAGA, Inés Sánchez. Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida. **Ciudades**: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, n. 8, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1253144>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 19-27.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. v. 15, n. 2, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamentos feministas**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-83.

SILVA, Andréa Lima da; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos. O sol não nasce para todos: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **SerSocial**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498-516, 2015.